



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DEPARTAMENTO DE FLORESTAS
DIRETORIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS
Esplanada dos Ministérios Bl. B 7º andar – 70068-900 – Brasília-DF
(61) 3317-1095

Comissão Nacional de Florestas - CONAFLO

Ata - 15ª REUNIÃO

Abertura do primeiro dia de Reunião

Às 9 horas e 30 minutos do dia 22 de agosto de 2007, na Sala San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 15ª Reunião da Comissão Nacional de Florestas - CONAFLO, sob a Presidência de Maria Cecília Wey de Brito e secretariada por Leonel Graça Generoso Pereira.

1. Apresentação e Aprovação da Agenda

1.1. Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) abriu a 15ª Reunião da CONAFLO cumprimentando todos e solicitou aprovação da agenda, que foi homologada.

Maria C. W. Brito, passou a palavra para Leonel Pereira.

1.2. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA) cumprimentou todos e solicitou que membros e convidados se apresentassem. Em seguida, Pereira, procedeu a leitura dos informes.

2. Informes

2.1. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA) prosseguiu conforme a agenda, fazendo uma breve explanação sobre os assuntos dos informes, dando ênfase à Reestruturação do MMA.

2.2. Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA), também comentou sobre a reestruturação do IBAMA e a criação do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade.

Mª Cecilia Brito explanou sucintamente sobre os informes referentes à situação dos encaminhamentos e reivindicações feitos em 2006 e a Memória da 14ª Reunião e comentou que os detalhes sobre tais assuntos poderiam ser obtidos pela leitura dos materiais entregues aos participantes e em seguida solicitou que Pereira prosseguisse com a leitura dos informes.

2.3. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA), após comentar sobre a situação dos encaminhamentos e reivindicações feitos em 2006, sugeriu a reativação do Grupo de Trabalho para o Crédito Florestal da Conaflo. Em seguida abriu a palavra à Plenária.

Vitor Afonso Hoeflich (Embrapa Florestas) declarou concordar com Pereira e informou que o grupo deveria ser recomposto, pois alguns de seus componentes haviam saído da Conaflo e conseqüentemente daquele Grupo.

Rubens Garlipp (Manejadores de Florestas) concordou com as opiniões de Pereira e Hoeflich e apoiou a recomposição.

2.4. Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA), após essas considerações, passou a palavra a Luiz Carlos Joels.

Luiz Carlos Joels (SFB) apresentou o tema Processo de Implantação do Distrito

Florestal Sustentável da BR-163 (DFS da BR 163), explicando o plano existente para o desenvolvimento regional e o papel dos órgãos governamentais envolvidos na gestão e implementação do Distrito.

Joels informou ainda o estágio em que se encontrava o Processo de Implementação do DFS e terminou sua apresentação declarando que o Governo mostrou ter condições de aplicar ações efetivas de comando e controle para regular o uso dos recursos florestais na região de abrangência do DFS da BR 163, porém, que se focalizaria, nos próximos anos, nas ações de promoção do desenvolvimento sustentável regional.

2.5. Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA), abriu a palavra à Plenária.

Justiniano Netto (Setor de Madeira Sólida) solicitou esclarecimentos ao SFB sobre a situação dos contratos de transição.

Netto também solicitou esclarecimentos ao INCRA sobre os contratos de transição cujas áreas precisariam ser retificadas, e comentou que os órgãos do Governo Federal deveriam trabalhar em maior sintonia para promover o bom andamento das concessões florestais, a fim de promover um cenário com regras claras e estabilidade, afirmando que somente dessa forma poder-se-ia atrair bons investimentos e empresas sérias e idôneas para o setor florestal.

Aneli Dacas Franzmann (MDIC) apoiou as colocações de Netto e declarou que o MDIC estava disposto a apoiar tecnicamente os demais órgãos envolvidos na implementação do DFS da BR 163.

Luiz Carlos Joels (SFB), respondendo a Netto, informou que a situação dos contratos de transição estavam sendo atualizadas semanalmente no sítio do SFB na Internet. Joels concordou com as colocações de Netto e declarou que foram tomadas medidas a fim de impedir futuros problemas de desarticulação entre instituições, visando assim tornar mais eficiente o processo de liberação dos contratos de transição.

Em relação às colocações de Franzmann, Joels informou que o MDIC seria muito importante em várias ações previstas para implementação do DFS da BR 163.

Raimundo Lima (MDA/Incrá), respondendo aos questionamentos de Netto, declarou que os problemas ocorridos em relação aos contratos de transição deveriam-se principalmente à situação fundiária, mas que estavam sendo tomadas medidas visando integrar o trabalho do SFB, Incra e Ibama, a fim de evitar a repetição de tais problemas.

3. Tema de pauta: O Manejo Florestal Comunitário - contextualização, desafios e formulação de uma política nacional.

3.1. Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) agradeceu a Joels, e após concordância da plenária passou ao tema de pauta relacionado ao Manejo Florestal Comunitário.

Maria Brito informou que, devido a compromisso inadiável na Casa Civil, não poderia, daquele ponto em diante, permanecer no local do evento e passou a presidência da Reunião a Leonel Pereira.

Antes de se retirar, Maria Brito passou a palavra a Luiz Carlos Balcewicz, gerente do Departamento de Conservação da Biodiversidade (DCBIO/SFB) para apresentar o tema relativo aos seminários regionais sobre produtos da sociobiodiversidade.

Luiz Carlos Balcewicz (DCBIO/SFB) apresentou o projeto de realização dos "Seminários Regionais: Produtos da Sociobiodiversidade - Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis".

Em sua apresentação, Balcewicz citou as instituições envolvidas e seu papel no planejamento dos Seminários Regionais. Balcewicz destacou ainda a importância dos produtos da sociobiodiversidade sob aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Balcewicz comentou ainda que dever-se-ia estimular a organização das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável e da repartição equitativa dos seus benefícios.

- 3.2. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA) agradeceu a Balcewicz e passou, após solicitação, a palavra a Rubens Gomes.

Rubens Gomes (FBOMS – Bioma Amazônia) procedeu a leitura da carta encaminhada à Ministra de Estado do Meio Ambiente Marina Silva, pelo GT de Manejo Florestal Comunitário e lideranças comunitárias, durante evento sobre o Manejo Florestal Comunitário realizado em Rio Branco, Acre, em 15 de julho de 2007.

- 3.3. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA), após agradecer a Rubens Gomes, passou a palavra à Ana Euler para realizar apresentação sobre uma proposta de construção de uma política para o manejo florestal comunitário.

Ana Euler (WWF – Brasil) proferiu uma palestra com o tema: “Proposta de Construção da Política Nacional de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário - MFC”

Ana Euler, após explicar a evolução das discussões sobre o MFC, destacou os principais problemas e limitações enfrentadas pelas comunidades para realizar o manejo de seus recursos florestais principalmente quanto ao licenciamento, comercialização e agregação de valor aos seus produtos.

Em seguida, Ana Euler propôs um roteiro para elaboração de projeto de lei instituindo política de fomento ao manejo florestal comunitário e finalizou sua apresentação sugerindo medidas mais urgentes que poderiam ser tomadas pelo Governo que poderiam produzir efeitos positivos em curto prazo na promoção do MFC.

- 3.4. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA) agradeceu a Ana Euler e passou a palavra à Maria das Dores da Silva Lima.

Maria das Dores da Silva Lima (Projeto de Assentamento São Luiz do Remanso) explicou que sua comunidade faz parte de uma rede de 12 associações comunitárias, que realizam manejo florestal.

Segundo Maria Lima, os comunitários têm encontrado muitas dificuldades para a aprovação do licenciamento dos planos de manejo florestal, principalmente quando esses são destinados ao uso múltiplo.

De acordo com Maria Lima, falta maior assistência e incentivos às comunidades do Acre, por parte das instituições responsáveis, para aqueles que trabalham com o manejo florestal, e é necessário haver maior controle sobre as atividades irregulares que estariam provocando concorrência desleal com os produtos manejados.

Maria Lima comentou ainda que a falta de assistência governamental poderia ser exemplificada pelo baixo índice de beneficiários do “Bolsa Família” que, segundo ela, apesar da maioria das famílias estarem cadastradas e enquadradas nesse programa, apenas uma pequena parcela receberia esse benefício.

- 3.5. Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA) agradeceu as colocações de Maria Lima e abriu a palavra à Plenária.

Juarez Teixeira Santana (FBOMS – Cerrado e Pantanal) declarou ser importante incluir nas discussões sobre manejo florestal comunitário o Bioma Cerrado que, segundo esse, não estaria recebendo o destaque merecido. Santana comentou ainda que seria necessário medidas mais sérias para proteger esse bioma em face do grande índice de desmatamento e exemplificou citando o Norte de Minas Gerais.

Santana comentou ainda que havia grande pressão da eucaliptocultura sobre as áreas de cerrado e de culturas agrícolas e que deveria haver algum controle do Governo para impedir que tal pressão restringisse a produção de alimentos.

Geraldo Fausto da Silva (ABEMA - Sudeste) concordou com as colocações de Santana e declarou que o Governo de Minas Gerais estava tomando providências para coibir o desmatamento e a exploração irregular no Cerrado do Estado.

Geraldo Fausto comentou também que a expansão das florestas plantadas em Minas Gerais respeitava a legislação ambiental e obedecia ao planejamento estadual. Segundo ele os novos plantios somente poderiam ser realizados em áreas já desmatadas e sem utilização para fins agrícolas, de modo que eucaliptocultura não ameaçaria a produção de alimentos.

Joaquim Belo (Comunidades Extrativistas) apoiou as idéias expostas por Maria Lima e comentou ser preocupante a cooptação das lideranças comunitárias por grandes empresas madeireiras, favorecendo os interesses dessas empresas sobre os da comunidade.

Belo comentou ainda que era necessário uma política mais eficiente para a promoção do manejo florestal comunitário a exemplo do que já acontece para agricultura familiar.

Raimundo Lima (MDA/Incrá) parabenizou os palestrantes e declarou concordar com suas colocações. Lima comentou ainda que o INCRA dispõe de recursos para a elaboração dos planos de manejo em assentamentos por meio de convênio, inclusive com o Estado do Acre.

Lima declarou que seria preciso criar normativas que garantissem linhas de crédito específicas para os manejo comunitário, assistência técnica qualificada e capacitação. Lima comentou também sobre a necessidade da criação de uma política de preço mínimo para os produtos florestais oriundos de manejo comunitário e de manejo em pequena escala.

Segundo Lima, a pauta relativa ao manejo florestal comunitário e em assentamentos estava ganhando cada vez mais importância no Incra.

Marcelo Nunes (MDA) declarou que já existe linha de financiamento para o manejo comunitário via Programa de Fortalecimento da Agricultura-PRONAF.

Nunes informou ainda que desde 2003 o MDA vem investindo numa nova política nacional de assistência técnica e extensão rural – PNATER, que segundo esse, tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Nunes, existem políticas para o manejo florestal comunitário e para os pequenos silvicultores, porém que essas encontram-se muitas vezes fragmentadas e dispersas, o que tornaria o acesso muitas vezes difícil. Nunes comentou ainda que já havia um esforço por parte do Governo no sentido de integrar essas ações.

Estevão Barreto (COIAB) comentou sobre a dificuldade das comunidades indígenas obterem crédito oficial e declarou ser importante a criação de um mecanismo que viabilizasse essa obtenção.

Francisco Pessoa Araújo (CONTICOM) solicitou que fosse encaminhada sugestão, em nome da CONTICOM, de que o Governo em suas compras de produtos derivados de florestas exija comprovação de que esses foram obtidos via manejo florestal sustentável.

Justiniano Netto (Setor de Madeira Sólida) comentou que dever-se-ia diferenciar, nas colocações dos conselheiros, as empresas florestais que atuam respeitando a lei daquelas ilegais.

Netto sugeriu que fossem adotadas ações práticas que, com o intermédio do poder

público, permitissem parcerias entre empresas e comunidades, de modo que houvesse ganhos para ambos. Netto comentou que nessas parcerias seria importante envolver, o MMA, o Incra, o Ministério Público e os órgãos estaduais e complementou sua explanação explicando que nesse caso também deveria haver transparência e envolvimento da sociedade civil organizada.

Vladimir Oganauskas (ABEEF) comentou que o Manejo Florestal Comunitário (MFC) deveria receber tratamento prioritário pela CONAFLO e MMA, à semelhança do que foi feito para o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Oganauskas declarou que o volume de recursos para o MFC deveria ser equivalente à quantidade disponibilizada para os grandes empreendimentos florestais.

Oganauskas sugeriu ainda a criação de turmas específicas nas instituições de ensino superior e de ensino médio para comunidades, não apenas dos cursos de graduação e em nível técnico, mas também de cursos específicos de capacitação adequados à realidade dos comunitários.

De acordo com Oganauskas, seria importante também fomentar pesquisas com vistas a gerar tecnologias específicas para o manejo florestal comunitário, bem como promover ATER.

Viviane Vazzi Pedro (CGEA/MEC) sugeriu que se acrescentasse às diretrizes para a política para o MFC, a criação de uma política educacional para o desenvolvimento da cidadania ambiental, além do uso múltiplo dos recursos florestais de forma sustentável.

Eliane Fachin (ABEMA – Centro Oeste) declarou que o procedimento para o licenciamento para o manejo florestal comunitário deveria ser mais simples, mas que garantisse a legalidade e transparência inerentes ao processo.

Fachin comentou ainda que, no caso de assentamentos de reforma agrária, um problema a ser resolvido era a questão de que a maioria deles não possuía licenciamento ambiental.

Juarez Teixeira Santana (FBOMS – Cerrado e Pantanal) declarou ser importante adequar a legislação e fornecer condições aos pequenos produtores e comunitários para legalizar suas atividades, pois, segundo ele, a conjuntura existente hoje muitas vezes impossibilita sua regularização.

Fernando Antônio Souza Bemerguy (ABEAS) encaminhou proposta para que fosse considerado o treinamento e capacitação a distância como forma complementar ou supletiva ao ensino presencial, pois, segundo ele, isso possibilitaria atingir um público maior nos segmentos envolvidos com o manejo florestal comunitário.

Philippe Waldhotf (IPAAM) comentou que seria importante promover a regularização do setor comunitário para que os processos de licenciamento dos planos de manejo comunitários fossem facilitados. Waldhotf declarou também que dever-se-ia fortalecer as parcerias entre o MMA, IBAMA, OEMAs e secretarias municipais para que o sistema de licenciamento fosse mais ágil.

Waldhotf declarou ainda que deveria ser considerado na formação dos engenheiros e técnicos florestais, disciplinas ou treinamentos que os habilitassem a trabalhar com os pequenos empreendimentos e adaptar-se a realidade dos comunitários. Waldhotf comentou também que o Serviço Florestal Brasileiro e o CENAFLO seriam parceiros importantes para promover esse tipo de qualificação a esses profissionais.

Waldhotf disse considerar importante a divulgação das linhas de crédito existentes para o manejo florestal e capacitar os comunitários para acessá-las.

Encaminhamentos:

1. Deliberou-se pela recomposição do Grupo de Trabalho(GT) para o Crédito Florestal e foram indicados os seguintes nomes: Vitor Hoeflich (EMBRAPA Florestas), Rubens Garlipp (Manejadores de Florestas), Fernando Castanheira (Setor de Madeira Sólida), Mauro Armelin (WWF - Brasil), indicado pela FBOMS, Fani Mamed (CONTAG), Pedro Madruga (UFSM), indicado pela SBEF.
2. O MDA comprometeu-se a indicar um nome para compor esse GT do Crédito Florestal.
3. Foi acordado que Vitor Hoeflich permaneceria como coordenador do GT do Crédito Florestal.
4. Foi solicitado que fosse encaminhada como sugestão ao Governo, em nome da CONTICOM, que as compras governamentais de produtos derivados de florestas exija comprovação de que foram obtidos via manejo florestal sustentável.
5. Propôs-se que fosse considerado o ensino a distância como forma complementar ou supletiva ao ensino presencial, para treinar e capacitar os segmentos envolvidos com o manejo florestal comunitário.
6. Foi criado o GT com o objetivo de discutir e subsidiar a Política de Manejo Florestal Comunitário, que foi composto com os seguintes nomes: Rubens Gomes (FBOMS - Bioma Amazônia), Adenilza Mesquita Vieira (SDS - AM), Joaquim Correa de Souza Belo (Comunidades extrativistas), Wilson Torres Filho (Ministério da Integração Nacional), Vitor Hoeflich (EMBRAPA Florestas), Ana Euler (WWF - Brasil), indicada por Rubens Gomes, Eliane Fachim (ABEMA - Centro Oeste), Fernando Castanheira (Setor de Madeira Sólida), Estevão Lemos Barreto (COIAB), Glauber Pinheiro (SBEF), Juarez Teixeira Santana (FBOMS - Bioma Cerrado e Pantanal), Ricardo Gama (IDEFLOR - PA), indicado pela FBOMS, Fani Mamede (CONTAG), Geraldo Fausto (ABEMA - Sudeste), Raimundo de Araújo Lima (MDA / INCRA), Márcia Muchagata (indicada pelo SFB), Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (CONTICOM), Viviane Vazzi Pedro (MEC), Permínio Pascoal Costa Filho (EMBRAPA - Cepatur), indicado pelo MDA, Fernando Antônio Souza Bemerguy (ABEAS), Macarena Santamarta Rodriguez (ABEEF).
7. Além dos nomes que foram descritos anteriormente, a FBOMS, por meio de Rubens Gomes, comprometeu-se a indicar um representante da Secretaria de Floresta do Estado do Acre para participar do GT para o Manejo Florestal Comunitário. Da mesma forma, deverá ser indicado um nome para representar os biomas Mata Atlântica e Pampa pela FBOMS, e outro pelo MDA.

Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA), após as falas e encaminhamentos da plenária, encerrou a 15ª Reunião Ordinária da Conaflor e convidou os presentes para participar do Seminário conjunto entre a CONAFLORE e CGFLOP: O manejo florestal comunitário e sua relação com as empresas.

Encerramento da XV Reunião Ordinária da CONAFLORE (14h 45min).